



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI Nº 2132/1975

Ementa

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O ANHANGABAÚ ESPORTE CLUBE.

Data da Norma

22/09/1975

Data de Publicação

23/09/1975

Veículo de Publicação

Jornal da Cidade

Matéria Legislativa

[Projeto de Lei nº 2972/1975](#) - Autoria: Carlos Ungaro

Status de Vigência

Em vigor

Observações

Autor: CARLOS UNGARO

1
2181
13P



Câmara Municipal de Jundiaí

Interessado: CARLOS UNGARO

PROJETO DE LEI N.º 2 972

Assunto: Declarando de Utilidade Pública o "Anhangabaú Esporte Clube"

com sede nesta cidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

LEI DECRETADA SOB. Nº 2.181

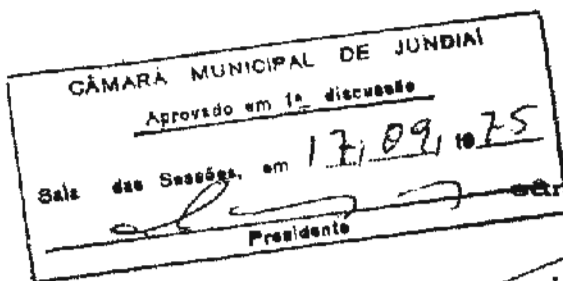
LEI PROMULGADA SOB Nº 2.132

ARQUIVE-SE

Francisco Lourenço
Diretor Geral

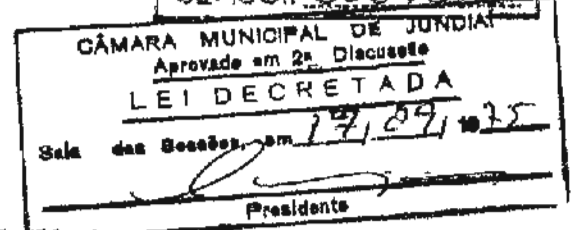
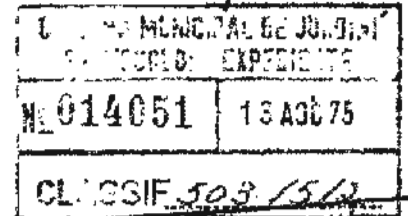
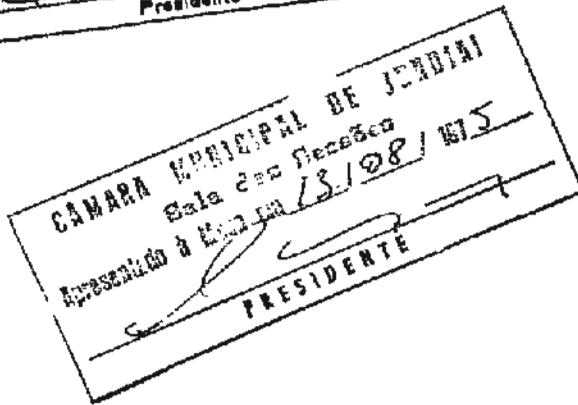
25/9/1975

Proc. N.º 14051
Clas. 503.1512



Câmara municipal de Jundiaí
estado de São Paulo

[Handwritten signature]



PROJETO DE LEI Nº 2.972

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Anhan gabaú Esporte Clube", com sede nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13/08/1975.

[Handwritten signature]
Carlos Ungaro.

J U S T I F I C A T I V A

Os documentos em anexo justificam a apresentação desta propositura.

OoOoOoO

167 autenticar.

372

LEI 2132/1975
Fls. 4/33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
IMPÔSTO DE RENDA
PESSOA JURÍDICA

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE
A declaração somente será aceita se preenchida a máquina e identificada pelo carimbo padronizado, instituído pelo Ministério da Fazenda (Portaria Ministerial N.º 08-278/80).

50971357/001
ISENTO
AMIANCIBAU ESPORTE CLUB
AV. DR. SEBASTIÃO MENDES SILVA, 291
JUNDIAÍ - S. P.

372
19

RECIBO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

02 RECEPÇÃO 01/0619
24 MAI 1974
ARF - JUNDIAÍ

03 ARQUIVAMENTO
JUNDIAÍ - Est. S. Paulo
AUTENTICAÇÃO: O. Capm de Tel. 11
conferido com o original por
mim, Encargado, em 11
Junho, 1974.

24 JUL 1974

01/01 CARIMBO PADRONIZADO DO CGC

03 DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS		04 CÁLCULO DO VALOR DO IMPOSTO A PAGAR (Conf. Quadro 23 do Form. 3)		VALOR - Cr\$
01 EXERCÍCIO	02 PERÍODO-BASE	12 IMPOSTO (Transp. do item 23/28)	13	
1974	DE 01 / 01/73 A 31/12/73	14 REDUÇÃO OU ISENÇÃO DO IMPOSTO (Transp. do item 23/28)	15	
04 REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO		16 IMPOSTO DEVIDO (Transp. do item 23/28)	17	
05 CONDIÇÃO	06 CÓDIGO	18 LÍQUIDO APLICÁVEL EM INCENTIVOS FISCAIS (Transp. do item 23/28)	19	
		19 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (Transp. do item 23/28)	20	
05 NATUREZA JURÍDICA		20 PROTERRA (Transp. do item 23/28)	21	
06 TIPO	07 CÓDIGO	21 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL-PIS (Transp. do item 23/28)	22	
Sociedade civil	06	22 FUNDAÇÃO MOBILAR (Transp. do item 23/28)	23	
08 FORMA DE TRIBUTAÇÃO (ASSINALE COM UM "X")		23 IMPOSTO LÍQUIDO DEVIDO (Transp. do item 23/28)	24	
1 LUCRO REAL	2 LUCRO PRESUMIDO	24 IMPOSTO RETIDO NA FONTE (23/23 + 23/27 + 23/28)	25	
	3 LUCRO ARBITRADO	25 DUODÉCIMOS ANTECIPADOS (Transp. do item 23/28)	26	
09 ANEXOS À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS (ASSINALE COM UM "X")		26 IMPOSTO LÍQUIDO A PAGAR (OU A RESTITUIR) (Transp. do item 23/28)	27	
10 ANEXO A B C VIA CADEC		27 DESCONTO POR PAGAMENTO NO ATO (Transp. do item 23/28)	28	
11 DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PAGOS OU CREDITADOS		28 ACRESCIMOS LEGAIS (Transp. do item 23/28)	29	
12 1 FOLHAS 111 FOLHAS 112 FOLHAS		29 TOTAL A PAGAR (Transp. do item 23/28)	30	

14 O PRESENTE RECIBO CORRESPONDE FIELMENTE À DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

21 DATA 22 105 / 1974

22 ASSINATURA DO DECLARANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

23 INSCRIÇÃO NO CPF N.º 147.632.738

APPROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO S. R. F. N.º 33/73

CIEF 12.12

GRÁFICA MUTO LTDA. - RUA ABOLIÇÃO, 209 - CAMPINAS - C.G.C. 45.988.581 /001 - ATO DECLARATÓRIO 89998-125/73

08 ANTECIPAÇÕES DO IMPOSTO POR COTECIMOS		09 DEMONSTRATIVO DAS QUOTAS DO TOTAL A PAGAR		10 PESSOA JURÍDICA ISENTA DO COM RDUÇÃO 5/33	
29 N.º TOTAL DE ANTECIPAÇÕES	30 VENCIMENTO DA 1ª ANTECIPAÇÃO	31 NÚMERO TOTAL DE QUOTAS	32 VENCIMENTO DA 1ª QUOTA	37 NATUREZA E N.º DO ATO LEGAL	38 ART.(S) N.º(S)
	/ 19		/ 19		
34 VALOR DA 1ª ANTEC. - CR\$	35 VALOR UNITÁRIO DAS DEMAIS ANTEC. - CR\$	36 VALOR DA 1ª QUOTA - CR\$	38 VALOR UNITÁRIO DAS DEMAIS QUOTAS - CR\$	39 ESPECIFICAÇÃO	40 CÓDIGO
				Associação espor- tiva	19
11 PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA DA EMPRESA					
41 DENOMINAÇÃO					42 CÓDIGO
Associação esportiva e recreativa					80.23
12 OPÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS E PROGRAMAS ESPECIAIS (CONFORME FORM. I, QUADRO 23, ITENS 9 A 11)					
DISCRIMINAÇÃO		PERCENT.	VALOR BRUTO DO INCENTIVO - CR\$	VALOR LÍQUIDO APLICÁVEL (FORM. I, COLUNA 1) - CR\$	
01 SUDENE	43	% 57	68		
02 SUDAM	44	% 58	69		
03 FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO	45	% 59	70		
04 FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO - (LEI 1104/70)	46	% 60	71		
05 PESCA	47	% 61	72		
06 TURISMO	48	% 62	73		
07 PESCA NA ÁREA DA SUDENE	49	% 63	74		
08 PESCA NA ÁREA DA SUDAM	50	% 64	75		
09 TURISMO NA ÁREA DA SUDENE	51	% 65	76		
10 TURISMO NA ÁREA DA SUDAM	52	% 66	77		
11 SUB-TOTAL (01 + 02 + ... + 09 + 10)	53	% 67	78		
12 EMBRAER	54	%	79		
13 ESPÍRITO SANTO	55	%	80		
14 TOTAL DOS INCENTIVOS FISCAIS (11 + 12 + 13)	56	%	81		
15 PARA USO DA REPARTIÇÃO		PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (PIN) 0,30X 82			
		PROTERRA 0,20X 83			
		PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) 84 % 85			
		FUNDAÇÃO MOBIL 86 % 87			
		SOMA (11 + 12 + 13 + 14 + 15) 88			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS
PESSOA JURÍDICA - FORMULÁRIO II

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE
A declaração somente será aceita se preenchida a máquina e identificada pelo carimbo padronizado, instituído pelo Ministério da Fazenda (Portaria Ministerial N.º 68-279/69).

Coloque um traço nos campos em que nada tenha a informar.

02 RECEPÇÃO 03 ARQUIVAMENTO
24 MAI 1974
JUNDIAÍ

50971357/001

ISENTO

ANHANGABAU ESPORTE CLUB

AV. DR. SEBASTIÃO MENDES SILVA, 251

JUNDIAÍ - S. P.

01/01 CARIMBO PADRONIZADO DO CGC

03 EXERCÍCIO 04 NATUREZA JURÍDICA 05 TIPO 06
19 74 DE 01/01/1973 A 31/12/1973 Sociedade civil 06

05 DENOMINAÇÃO SOCIAL
08 ANHANGABAU ESPORTE CLUB

09 LOGRADOURO (Rua, Avenida, Praça etc.) 10 NÚMERO 11 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 12 Z. C.
Av. Dr. Sebastião Mendes Silva 291
13 BAIRRO 14 DISTRITO 15 CEP 16 MUNICÍPIO 17 SIGLA DA UF.
Anhangabau Jundiaí SP

07 FUNDAMENTO LEGAL DA ISENÇÃO 18 NATUREZA E Nº DO ATO LEGAL 19 ART(S) N.º(S) 20 ESPECIFICAÇÃO 21 CÓDIGO
Associação esportiva 19

PRINCIPAIS FINALIDADES DA PESSOA JURÍDICA
Associação esportiva e recreativa
CÓDIGO
22 80.23
23
24
25
26

09 INFORMAÇÕES GERAIS
27 ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL 28 ÁREA OCUPADA 29 Nº DE ESTABELECIMENTOS 30 Nº DE VEÍCULOS 31 Nº DE EMPREGADOS
370 m² 1080 m² 1 - -

10 TRIBUTOS RECOLHIDOS DURANTE O PERÍODO-BASE VALOR - Cr\$
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS 32
OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS 33 73.97
IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS 34 305.38
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS 35
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS 36 2.878.60
SOMA 32+33+34+35+36 37 3.257.95

11 DISCRIMINAÇÃO DOS DIRIGENTES E RESPECTIVAS REMUNERAÇÕES (QUANDO FOR O CASO)
NOME Nº DE INSCRIÇÃO NO CPF REMUNERAÇÃO - Cr\$
02 Arnaldo Cestarolli 40 147632738 41
02 Waldir Vagostolli 44 073687638 45
46 47
50 51
54 55
58 59
62 63
SOMA 66

12 A PRESENTE DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS É EXPRESSÃO DA VERDADE
07 LOCAL 08 DATA
Jundiaí 22 DE maio DE 1974
ASSINATURA DO DECLARANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL 09 INSCRIÇÃO NO CPF
147.632.738
ASSINATURA DO CONTADOR 10 INSCRIÇÃO NO C.R.C. 11 INSCRIÇÃO NO CPF
18.613 516.590.428

Este formulário deve ser preenchido somente pelas entidades isentas do imposto de renda, cuja finalidade seja de caráter assistencial, recreativo, cultural, beneficente, religioso, esportivo, etc.

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO

13		A T I V O		VALOR - Cr\$
IMOBILIZADO		IMÓVEIS (INCLUSIVE EM CONSTRUÇÃO) E TERRENOS	01	95.905,82
		EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	02	12.654,98
		VEÍCULOS	03	
		MÓVEIS E UTENSÍLIOS	04	16.096,40
		ACOES E PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS	05	
		OUTRAS CONTAS	06	
DISPO- NÍVEL		CAIXA	07	7.480,84
		BANCOS	08	22.817,53
		ALMOXARIFADO	09	945,00
REALIZÁVEL		TÍTULOS A RECEBER	10	
		CONTAS A RECEBER	11	
		EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS	12	
		BENS DESTINADOS À VENDA	13	
		OUTRAS CONTAS	14	
		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	15	
		TOTAL DO ATIVO	01+02+...+14+15= 16	155.900,57
14		P A S S I V O		VALOR - Cr\$
EXIGÍVEL		PATRIMÔNIO SOCIAL	17	155.896,22
		TÍTULOS A PAGAR	18	
		CONTAS A PAGAR	19	4,35
		FINANCIAMENTOS	20	
		CRÉDITOS DE ASSOCIADOS	21	
		OUTRAS CONTAS	22	
		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	23	
		TOTAL DO PASSIVO	17+18+...+22+23= 24	155.900,57

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

15		R E C E I T A S		VALOR - Cr\$
		SUBVENÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS	25	
		SUBVENÇÕES DE SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	26	
		CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	27	
		CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS	28	58.961,50
		DONATIVOS DE EMPRESAS PARTICULARES	29	
		DONATIVOS DE PESSOAS FÍSICAS	30	
		RECEITAS PATRIMONIAIS	31	4.130,00
		RECEITAS DE OPERAÇÕES COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS	32	1.815,90
		RECEITAS DE SERVIÇOS	33	175,00
		RESULTADO DA VENDA DE BENS OU TÍTULOS	34	
		OUTRAS RENDAS	35	6.740,58
		SOMA	25+26+...+34+35= 36	71.822,98
16		D E S P E S A S		VALOR - Cr\$
		ORDENADOS, SALÁRIOS, GRATIFICAÇÕES E OUTROS PAGAMENTOS EFETUADOS A EMPREGADOS	37	4.420,00
		CONTRIBUIÇÕES DA EMPRESA PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL (INCLUSIVE F G T S E PIS)	38	1.278,87
		REMUNERAÇÃO A DIRIGENTES E ADMINISTRADORES	39	
		REMUNERAÇÃO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (SEM VÍNCULO DE EMPREGO)	40	16.110,00
		COMISSÕES E CORRETAGENS	41	
		ALUGUÉIS	42	
		DESPESAS FINANCEIRAS	43	
		TRIBUTOS (CONFORME DISCRIMINAÇÃO NO QUADRO 10)	44	3.257,95
		PROPAGANDA E PUBLICIDADE	45	541,60
		CUSTO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS	46	1.025,20
		DESPESAS REFERENTES ÀS RECEITAS DE SERVIÇOS	47	
		ASSISTÊNCIA SOCIAL OU EDUCACIONAL PRESTADA A ASSOCIADOS	48	
		ASSISTÊNCIA SOCIAL OU EDUCACIONAL PRESTADA A TERCEIROS	49	
		OUTRAS DESPESAS	50	23.391,41
		SOMA	37+38+...+49+50= 51	50.025,03
17		R E S U L T A D O		VALOR - Cr\$
		RECEITAS - TRANSPORTAR DO ITEM 15/ 36	52	71.822,98
		DESPESAS - TRANSPORTAR DO ITEM 16/ 51	53	50.025,03
		DIFERENÇA	52-53= 54	21.797,95

Preencher informação de rendimentos pagos ou creditados a terceiros



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
IMPOSTO DE RENDA
PESSOA JURÍDICA

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE
A declaração somente será aceita
se preenchida a máquina e identi-
ficada pelo carimbo padronizado,
instituído pelo Ministério da
Fazenda (Portaria Ministerial
N.º 68-278/69).

50971357/001

ISENTO

ANHANGABAU ESPORTE CLUB

AV. DR. SEBASTIÃO MENDES SILVA, 209

JUNDIAÍ - S. P.

01/01 CARIMBO PADRONIZADO DO CGC

INFORMAÇÃO DE RENDIMENTOS PAGOS OU CREDITADOS A TERCEIROS

Q2 PARA USO EXCLUSIVO DA REPARTIÇÃO

02 RECEPÇÃO

03 ARQUIVAMENTO

010/8619

24 MAI 1974

ARE - JUNDIAÍ

Q3 RENDIMENTOS PAGOS OU CREDITADOS EM 1973 (Os quatro primeiros grupos, exclusivamente com retenção na fonte)

Q4

PESSOAS FÍSICAS 1

PESSOAS JURÍDICAS 2

RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR
(PREENCHER APENAS COLUNAS 1, 3, 4 e 5)

3

NÃO IDENTIFICADOS (PREENCHER
APENAS COLUNAS 3, 4 E 5)

4

NÃO SUJEITOS À RETENÇÃO FONTE
(PREENCHER APENAS COLUNAS 1, 2 E 4)

5 X

BENEFICIÁRIO		CPF OU CGC	RENDIMENTOS		IMPOSTO RETIDO - Cr\$
A - NOME	B - ENDEREÇO		CÓDIGO	VALOR - Cr\$	
01	TRANSPORTE		05		06
02	A. Dalberto Mario Giacchetta	07	08		09
	B. Av. Francisco P. Castro, Jundiaí	50972439		60.00	
03	A. J.R. Promoções Artísticas Ltda	11	12		13
	B. R. Francisco Glicério - Campinas	46124186/1		6.200,00	
04	A. Star-Repro. Artísticas S/O Ltda	15	16		17
	B. R. Visconde Taunay, 20 - Jundiaí	44644722/1		4.000,00	
05	A. Alcides Antonio Marques	19	20		21
	B. R. Mal. Deodoro FONSECA, 328-Jundiaí	134735068		1.800,00	
06	A. Org. Jur. Econ. Previfisco Ltda S/O	23	24		25
	B. Pça. Rui Barbosa, 38 - Jundiaí	50979509/1		4.050,00	
07	A.	27	28		29
	B.				
08	A.	31	32		33
	B.				
09	A.	35	36		37
	B.				
10	A.	39	40		41
	B.				
11	A.	43	44		45
	B.				
12	A.	47	48		49
	B.				
13	A.	51	52		53
	B.				
14	A.	55	56		57
	B.				
15	A.	59	60		61
	B.				
16	A.	63	64		65
	B.				
17	A.	67	68		69
	B.				
18	A.	71	72		73
	B.				
19	SOMA OU TRANSPORTE	01 + 02 + ... + 17 + 18	75	16.110,00	76

Q4 OBSERVAÇÕES

Q5

A PRESENTE DECLARAÇÃO É A EXPRESSÃO DA VERDADE

71 DATA

ASSINATURA DO DECLARANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

72 CPF

22 / 05 / 1974

X *Deustoroll*

147.632.738

INSTRUÇÕES: 1. Preencher folhas separadas para cada grupo de rendimentos.
2. Consultar o código correspondente aos rendimentos classificáveis nos grupos 1, 2, 3 e 4.

SRF (CIEF) 02-10 - 10/71

APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO S. R. F. N.º 85/78

CIEF 12-04

GRÁFICA MUTO LTDA. - RUA ABOLIÇÃO, 209 - CAMPINAS - C.G.C. 45.988.531/001 - ATO DECLARATÓRIO 89998-125/73

autenticar

1.º CARTÓRIO DE NOTAS E S. CR\$ 1,00
 OFÍCIO DE JUSTIÇA S. CR\$ 0,20
 Jundiaí - Eul. S. Paulo TA. CR\$ 0,10
 AUTENTICAÇÃO de cópia de Total CR\$ 1,30
 conferência e original por
 mto. Escrivão, dou fé
 Jundiaí 24 JUL 1975
 maior

O Bacharel VICENTE DO AMARAL GURGEL, Oficial do 1.º Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Jundiaí, etc.

CERTIFICA, atendendo pedido verbal de pessoa interessada que, a fls. 193 do livro A, n. 2, de REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, - anexo no cartório a seu cargo, à margem do registro n. 419, -- do "Anhangabau Esporte Clube", foi feita, nesta data, a seguinte averbação: N. 2. Certifico, atendendo requerimento de 20 do corrente, instruído com documentos devidos que, por Assembléia-Geral Extraordinária realizada em 4 de novembro de 1973, o Anhangabau Esporte Clube, objeto deste registro, teve seus estatutos sociais alterados no seguinte: são suas finalidades: a) proporcionar a seus associados distrações recreativas, artísticas, esportivas, reuniões festivas, cívicas, dançantes, convescotes, -- concursos desportivos e demais entretenimentos, extensivos às famílias dos associados; e b) promover campanhas beneficentes para auxílio a pessoas pobres, asiladas e crianças desamparadas e a sua diretoria está assim constituída: diretor presidente; -- diretor 1.º vice-presidente, diretor 2.º vice-presidente, diretor secretário geral, diretor 1.º secretário, diretor 2.º secretário, diretor 1.º tesoureiro, diretor 2.º tesoureiro, diretor social, -- diretor de esportes, diretor de patrimônio e diretor bibliotecário; os demais itens versados no art. 128 da Lei, permaneceram inalterados; dou fé. Jundiaí, 30 de maio de 1974. A esc. autorizada (a) Osibéria Joaquina Pereira Cypriano. -- O referido é verdade e dá fé. Jundiaí, 30 (trinta) de maio de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro). Eu, Milton Antonio Piccolo, datilografei. O Oficial maior, *Milton Antonio Piccolo*

1.º Reg. de Imóveis e Anexos

Dr. Vicente do Amaral Gurgel
Oficial Maior

JUNDIAÍ

Emol.	2,00
S. Est. Verba	0,40
T.A. Verba	0,30
Gr\$	2,70

FUNDADO EM 19-2-1961

SÉDE PRÓPRIA: Av. Dr. Sebastião Mendes Silva, 291 — Fone. 4-1617 — JUNDIAÍ — Estado de São Paulo

Aos vinte e um dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e um, em um salão gentilmente cedido pelo Sr. Santo Bonança, sito à Rua Barão de Teffé nº 209, reuniu-se um grupo de abnegados do - Esporte moradores do Bairro de Anhangabaú, com o intuito de fundarem - um "Clube Foot Ball". Em primeira discussão, foi abordado assunto referente ao aproveitamento de um time do Bairro, formado pelos Srs. Francisco Penna, José Gazzola e Mario Jacette. Das pessoas a quem foram - enviado convites, estiveram presentes os Srs: Euclides Galvão, Afonso Marcondes, Edmirso Piccolo, Arnaldo Cestarolli, Francisco Siqueira Filho, Mario de Luca e Getulio Galvão. Por unanimidade foi escolhido o Sr. Francisco Penna, para presidir os trabalhos, o qual convidou o Sr. Francisco Siqueira Filho, para secretaria-la. Em primeira pauta, o Sr. presidente manteve uma longa palestra com os presentes, versando sobre a formação de um clube das imediações com o que todos concordaram, deliberando-se a seguir duas chapas e em votação secreta dar uma denominação para o mesmo, sendo apresentados os nomes de Anhangabaú Esporte Clube e Esporte Clube Anhangabaú, para concorrerem. Foi procedida a - votação, verificando-se a vitória do nome de Anhangabaú E.C., por 8 - (oito) contra 1 (um) ficando todos satisfeitos com escolha. Deliberou -se a seguir, que o Clube, continuaria com o uniforme que fora escolhi do pelas pessoas que iniciaram a fundaram o referido, e imediatamente fora feita uma lista para que fossem arrecadados ôbolos para a compra de um uniforme novo igual a aquêle que era usado pelos antecessores ou seja, camisa listada em vertical, com as cores vermelho, azul e branco, com calções brancos e meias brancas. Ficou ainda assentado, que a estreia do novo clube, se daria no próximo dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um, sendo esta a data considerada como a de fundação da nova sociedade. Por votação unanime, deliberou-se convidar-se o Sr. Euclides Galvão, para exercer o cargo de Presidente provisório, ficando marcada outra data, para a realização de novã reunião, no mesmo local e hora, ocasião em que serão convidados os demais elementos para comporem a diretoria, e ser dado posse definitiva - ao Presidente e demais membros. Nada mais havendo a ser tratado, e como ninguém mais quizesse fazer uso da palavra, foi pelo Sr. Presidente encerra a referida reunião, a qual para que não deixe duvidas, e possa ser - verdade, eu secretario da referida lavrei e assino a presente ata, juntamente com o Sr. Presidente e exponho-a para apreciação dos presentes.

Arnaldo Costaroli (Presidente)

1.ª Vara Criminal do Juízo de Paz e Juízo de Direito
 JUNDIAÍ - ESTADO DE SÃO PAULO - FOLHA 4-0831
 Cel. Cláudio Zamboni Clemente - Escrivão
 RECONHECIDO a(s) _____
 Jundiaí, 24 JUL 1974
 Em _____ de _____
 Luiz Roberto Costa - Esc. Aux.



ANHANGABAU E.C.

FUNDADO EM 19-2-1961

C.G.C. 50.971.357/0001

FILIADO A LIGA JUNDIAIENSE DE FUTEBOL

SÉDE PRÓPRIA: Av. Dr. Sebastião Mendes Silva, 291 - Fone. 4-1617 - JUNDIAÍ - S.P.


RELATÓRIO

ATIVIDADES DO ANHANGABAU E.C., NO PERÍODO DE JUNHO DE 1.974 A JUNHO DE 1.975.

- 48 - Reuniões de Diretoria.
- 21 - Bailes
- 62 - Jogos Esportivos.
- 12 - Promoções Sociais, compreendendo: Campanhas Beneficentes, Reuniões Festivas, Cívicas e Festas Juninas.
- 01 - Convescete.
- 05 - Torneios (Buraco e Truco).
- 01 - Baile em benefício da Paróquia Santo Antonio.
- 03 - Bailes Estudantis.
- 05 - Casamentos.
- 02 - Bailes de Veteranos.
- 44 - Jogos realizados de Futebol de Campo e Salão pelos Veteranos do Anhangabaú E.C.

Por ser expressão da verdade, e constar dos assentamentos da Secretária, assinam o presente documento.


OTAVIO BETELLI
PRESIDENTE.


GILMAR POLI
SECRETÁRIO GERAL.

Jundiaí, 16 de Julho de 1975.

1º CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO DE JUIZ
JUNDIAÍ - ESTADO DE SÃO PAULO - FONE - 4-0831
Des. Cláudio Zambom Clemente - Escrivão
RECEBIMOS em (Assinatura) _____ do N
Jundiaí, 24 JUL 1975 de 19
Em _____ da verdade
(2) _____
Luis Roberto Costa - Esc. Ant.



ANHANGABAU E.C.

FUNDADO EM 19-2-1961
C.G.C. 56.971.357/0001

FILIADO A LIGA JUNDIAIENSE DE FUTEBOL

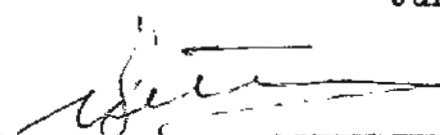
SÉDE PRÓPRIA: Av. Dr. Sebastião Mendes Silva, 291 - Fone, 4-1617 - JUNDIAÍ - S.P.

DECLARAÇÃO

Os subscritores do presente, diretores do-
ANHANGABAU E.C., declaram pelo presente, sob as penas-
da Lei, que não recebem qualquer remuneração pelo exer-
cício de seus respectivos cargos na Diretoria.

Por ser expressão da verdade, assinam o pre-
sente.

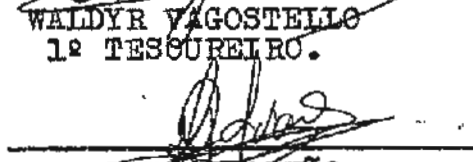
Jundiáí, 16 de Julho de 1975


PRESIDENTE
OTAVIO BETELLI

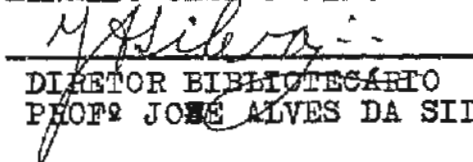

2º VICE-PRESIDENTE
VALTER RODRIGUES


1º SECRETÁRIO.
GILBERTO COSTA.

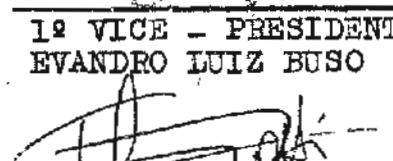

WALDYR VAGOSTELLO
1º TESOUREIRO.


LAURO SALVÃO.
DIRETOR SOCIAL.


DIRETOR DE ESPORTE.
ARNALDO CESTAROLLI.


DIRETOR BIBLIOTECÁRIO
PROF. JOSÉ ALVES DA SILVA


1º VICE - PRESIDENTE
EVANDRO LUIZ BUSO


SECRETÁRIO GERAL.
GILMAR POLLI


2º SECRETÁRIO.
MARIA ANGELA CANTONI.


ANGELO JOSE DE GODOI
2º TESOUREIRO.


GENTIL BERVET
DIRETOR SOCIAL.


DIRETOR DE ESPORTE.
LOURIVAL DA SILVA GUIDO


DIRETOR DE PATRIMONIO
EUGENIO OMECHINATO.

1. CARTÃO DO DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA
JUNDIAÍ

- ANHANGABAU ESPORTE CLUBE -

ESTATUTOS SOCIAIS - RE - RATIFICAÇÃO

- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES -

Aos quatro dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e três, em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, reuniram-se os associados do Anhangabau Esporte Clube, com a finalidade de dar cumprimento ao aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de dezessete de janeiro de hum mil novecentos e setenta e dois, registrada no Livro -- A-2, sob nº 419, às fls. 193, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Jundiá. Tomaram parte da mesa o Sr. Arnaldo Cestarolli, na qualidade de Presidente da Diretoria e da Assembleia; o Sr. Francisco José Cerqueira, na qualidade de Secretário do Conselho Deliberativo; o Sr. Djalma Raimundo, convidado para secretariar os trabalhos. Pelo Sr. Presidente, foi comunicado aos associados presentes, que tinha em mãos a Re-Ratificação dos Estatutos Sociais, os quais seriam lidos na íntegra, para após examinados e discutidos, colocá-los à aprovação. Pedeu o Sr. Presidente que o Secretário lesse os Estatutos em voz alta, pausadamente, e anotasse as ratificações. Foram lidos os Estatutos re-ratificados, os quais foram unanimemente aprovados, ficando com a redação definitiva, que se encontra em nossos arquivos.

- TÍTULO I -

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º - Sob a denominação de ANHANGABAU ESPORTE CLUBE, representado pelas iniciais "A.E.C.", fica fundado, no dia 19 de fevereiro de 1961, esta Sociedade Civil que se destina a:

- a) proporcionar a seus associados distrações recreativas, artísticas, esportivas, reuniões festivas, cívicas, dançantes, convêscotes, concursos desportivos e demais entretenimentos, extensivos às famílias dos associados;

- b) promover campanhas beneficentes para auxílio a pessoas pobres, asiladas e crianças desamparadas.

Art. 2º - A sociedade tem sede e foro à Av. Sebastião Mendes-Silva, 291 nesta cidade de Jundiaí, Est. de S. Paulo. 2

Art. 3º - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. 108

- TÍTULO II -

DOS PODERES DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS

Art. 4º - São os seguintes os órgãos deliberativos e executivos da sociedade:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria;
- d) Conselho Fiscal.

- CAPÍTULO I -

- DA ASSEMBLÉIA GERAL -

Art. 5º - A Assembléia Geral é poder soberano da sociedade, e será composta exclusivamente de associados quites - com os cofres sociais.

Art. 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á:

- a) Ordinariamente: De dois em dois anos, duas vezes na segunda quinzena do mês de janeiro. A primeira para examinar o relatório e a prestação de contas da Diretoria e eleição do Conselho Deliberativo, e a segunda para dar-lhe posse.
- b) Extraordinariamente: Quando convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, pela Diretoria - ou por petição subscrita por 50 (cincoenta) associados quites com a sociedade. Nesta última hipótese, a petição será encaminhada ao Conselho Deliberativo ou à Diretoria, que se obrigará da - convocação da Assembléia no menor espaço de tempo possível, observando somente os prazos dos editais.

Art. 7º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a) destituir os membros do Conselho Deliberativo, da

- da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) aprovar a reforma dos Estatutos Sociais;
 - c) autorizar a Diretoria a adquirir e alienar imóveis ou contrair empréstimo, inclusive com garantia hipotecária;
 - d) dissolver a sociedade;
 - e) deliberar sobre os casos omissos dos Estatutos.

Art. 8º - A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente, cumprindo-lhe, após verificada a presença legal, colocar em votação, junto ao plenário, a eleição do Presidente e do Secretário dos trabalhos.

Art. 9º - A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de editais, afixados na sede da sociedade e publicados três vezes em jornal de grande circulação da cidade, com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias da última publicação, e só poderá ser realizada em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos sócios. Na segunda convocação, uma hora depois, a Assembleia será instalada com qualquer número de sócios presentes.

§ 1º - Nos editais de convocação deverão constar os assuntos a ser tratados e só deles poderá a Assembleia cuidar e deliberar;

§ 2º - Todas as reuniões da Assembleia Geral deverão constar em atas lavradas em livro próprio.

- CAPÍTULO II -

- DA DIRETORIA -

Art. 10 - A Diretoria é o órgão executivo e administrativo da sociedade, eleita pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 2 (dois) anos, e será composta por 12 (doze) membros, que ocuparão as seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor 1º Vice-Presidente; Diretor 2º Vice-Presidente; Diretor Secretário Geral; Diretor 1º Secretário; Diretor 2º Secretário; Diretor 1º Tesoureiro; Diretor 2º Tesoureiro;

Diretor Social; Diretor de Esportes; Diretor de Patrimônio e Diretor Bibliotecário.

Art. 11 - A Diretoria reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, uma vez por semana;
- b) Extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante aviso afixado na sede, com antecedência mínima de 48 horas.

Art. 12 - À Diretoria compete:

- a) fazer cumprir as disposições estatutárias e as resoluções das Assembleias Gerais e do Conselho Deliberativo;
- b) resolver sobre a admissão e exclusão de associados;
- c) organizar e fazer cumprir o Regulamento Interno do Clube, estabelecendo penas e medidas disciplinares;
- d) admitir e demitir empregados e técnicos;
- e) organizar anualmente, em Janeiro, a proposta orçamentária para o exercício corrente e submetê-la à aprovação do Conselho Deliberativo;
- f) organizar, anualmente, um relatório das atividades do exercício findo, com o Balanço da receita e despesas, para aprovação do Conselho Deliberativo e ratificação da Assembleia Geral Ordinária;
- g) autorizar despesas não consignadas no Orçamento, desde que inadiável, consultando previamente o Conselho Deliberativo;
- h) convocar Assembleia Geral Extraordinária;
- i) propor à Assembleia Geral a reforma dos Estatutos.

Art. 13 - É considerado destituído do cargo, automaticamente, o diretor que faltar a três reuniões consecutivas ou a 10 (dez) alternadas, salvo motivo de força maior, justificado.

Art. 14 - Nas reuniões da Diretoria serão levadas atas em livro próprio, assinadas pelos presentes.

- Fls. 5 -

Art. 15 - A Diretoria somente poderá se reunir com a presença de 2/3 (dois terços) de seus respectivos membros, considerando aprovado o assunto proposto - quando referendado pela maioria, cabendo ao Presidente o voto de minerva.

Art. 16 - Ao Presidente compete:

- a) representar a sociedade ativa e passivamente, - Judicial e extrajudicialmente;
- b) executar e fazer cumprir os Estatutos Sociais, as decisões de Assembléias Gerais, as deliberações do Conselho Deliberativo e as resoluções da própria Diretoria;
- c) convocar reuniões extraordinárias da Diretoria;
- d) ter o voto de desempate nas reuniões da Diretoria;
- e) assinar, com o 1º Tesoureiro, cheques e documentos financeiros;
- f) assinar, com os demais diretores, documentos - referentes a atos de seus cargos;

Art. 17 - Ao 1º Vice-Presidente compete substituir o Presidente, na ausência ou impedimento deste.

Art. 18 - Ao 2º Vice-Presidente compete substituir ao 1º Vice-Presidente, na ausência ou impedimento deste.

Art. 19 - Ao Secretário Geral compete:

- a) assinar todo o expediente da Secretaria, avisos, circulares, ofícios, etc.;
- b) receber toda correspondência dirigida ao Clube, encaminhando-a ao Presidente;
- c) assinar correspondência quando o assunto não - for de competência de outros diretores.

Art. 20 - Ao 1º Secretário compete:

- a) organizar e manter o registro dos sócios;
- b) lavrar as atas de reuniões da Diretoria;
- c) auxiliar o Secretário Geral, substituindo-o nas suas ausências ou impedimentos.

Art. 21 - Ao 2º Secretário compete auxiliar o 1º Secretário e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Art. 22 - Ao 1º Tesoureiro compete:

- a) ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores em espécie pertencentes ao Clube;
- b) responder pela Tesouraria, organizando balanços mensais e anuais, submetendo-os à Diretoria;
- c) passar recibos de todas as importâncias recebidas;
- d) efetuar o pagamento de todas as despesas autorizadas pela Diretoria;
- e) depositar em conta bancária indicada pela Diretoria as importâncias e arrecadar, ficando em - Caixa, sob sua responsabilidade, quantia nunca superior a Cr\$100,00 (cem cruzeiros);
- f) assinar, junto com o Presidente, cheques e outros documentos financeiros;
- g) providenciar cobrança dos sócios, de suas mensalidades, advertindo os que estiverem em atraso comunicando esse fato à Diretoria.

Art. 23 - Ao 2º Tesoureiro compete auxiliar o 1º Tesoureiro, substituindo-o nas suas ausências ou impedimentos.

Art. 24 - Ao Diretor Social compete:

- a) auxiliar o Tesoureiro no controle do recebimento das mensalidades dos sócios;
- b) receber e encaminhar à Diretoria proposta de novos sócios;
- c) organizar e submeter à aprovação da Diretoria - todas as festas e promoções do Clube;
- d) zelar pelo perfeito funcionamento e uso das dependências sociais quando locadas a terceiros.

Art. 25 - Ao Diretor de Esportes compete:

- a) organizar, acompanhar, incentivar e promover competições esportivas, internas e externas;
- b) controlar o material esportivo do Clube.

- Fls. 7 -

Art. 26 - Ao Diretor do Patrimônio compete zelar por todo o patrimônio do Clube, mantendo-o sempre em ordem e em perfeito estado de uso e conservação.

Art. 27 - Ao Diretor Bibliotecário compete organizar a Biblioteca do Clube colocando-a em funcionamento; - controlar a retirada de livros pelos sócios, fixando prazo para a devolução; sugerir à Diretoria a aplicação de penalidade aos sócios faltosos; e gerir à Diretoria a compra de novas obras.

* CAPÍTULO III -
* DO CONSELHO DELIBERATIVO -

Art. 28 - O Conselho Deliberativo será composto de 28 (vinte e oito) membros, dentre eles no mínimo 2/3 -- (dois terços) de sócios contribuintes e 8 (oito) suplentes, os quais serão eleitos por Assembleia Geral, com mandato para 4 (quatro) anos, renovando-se a metade, em cada 2 (dois) anos, inclusive os suplentes na mesma proporção.

Art. 29 - Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) eleger o seu Presidente e o seu Secretário;
- b) eleger e dar posse, por voto secreto, os membros da Diretoria;
- c) eleger e dar posse ao Conselho Fiscal;
- d) interpretar os dispositivos dos Estatutos, determinando seu cumprimento;
- e) elaborar a reforma dos Estatutos, submetendo-a à Assembleia Geral;
- f) dar parecer e resolver consultas da Diretoria;
- g) destituir membros da Diretoria e do Conselho - Fiscal;
- h) apreciar recursos dos sócios às penalidades impostas pela Diretoria;
- i) aprovar a proposta orçamentária da Diretoria.

Art. 30 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á assim que for determinado pelo seu Presidente ou à pedido da Diretoria, convocando seus membros por aviso pessoal

- Fls. 8 -

e por Edital afixado na sede da sociedade.

Art. 31 - É facultado aos membros do Conselho Deliberativo assumir cargos da Diretoria.

Art. 32 - Vagando-se os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, ou mesmo um só deles, pelo Presidente da Diretoria será convocada uma reunião - para o preenchimento das vagas que se verificarem.

Art. 33 - Os membros do Conselho Deliberativo somente serão destituídos por Assembleia Geral.

- CAPÍTULO IV -

- DO CONSELHO FISCAL -

Art. 34 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos por 2 (dois) anos, escolhidos entre os sócios contribuintes, pelo Conselho Deliberativo, que não sejam membros deste e nem da Diretoria. Os suplentes serão chamados quando vagar cargo dos efetivos.

Art. 35 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) fiscalizar e acompanhar toda a atividade financeira da administração;
- b) dar parecer sobre o balanço anual e contas apresentadas pela Diretoria antes de oferecidas à Assembleia Geral Ordinária;
- c) examinar, trimestralmente, a escrita da sociedade pondo-lhe "visto" e comunicar ao Presidente da Diretoria as irregularidades encontradas e, se for o caso, requerer àquele Presidente a convocação extraordinária da Diretoria;
- d) vagando-se um cargo do Conselho Fiscal será convocado o suplente mais votado.

- TÍTULO III -

- DO SÓCIO -

Art. 36 - O Clube compor-se-á de um número ilimitado de sócios, maiores de 14 (catorze) anos de idade, de plena idoneidade moral, com profissão definida, bons antecedentes e costumes, tudo avaliado pela Diretoria.

- Fls. 9 -

Art. 37 - Somente os sócios maiores, poderão compor os cargos executivos e deliberativos da sociedade, enumerados no Art. 4º, Título II, destes Estatutos

Art. 38 - Os sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 39 - São direitos dos sócios:

- a) propor à Diretoria novos sócios, cumprindo as determinações deste;
- b) votar e ser votado, para os maiores de idade;
- c) recorrer ao Conselho Deliberativo das punições impostas pela Diretoria;
- d) frequentar a sede, praça de esportes e demais dependências do Clube e participar das diversões por ele patrocinadas;
- e) reunir subscrição de sócios quites com a sociedade, maiores, para requerer à Diretoria ou ao Conselho Deliberativo, a convocação de Assembleia Geral Ordinária, digo, Extraordinária, devendo justificar o motivo do procedimento e o assunto a ser tratado.

Art. 40 - São deveres dos sócios:

- a) pagar a mensalidade até o dia 15 (quinze) de cada mês;
- b) respeitar os Estatutos, as decisões do Conselho Deliberativo e da Diretoria;
- c) portar-se convenientemente dentro das dependências do Clube;
- d) comparecer às reuniões ou competições esportivas quando convocado.

- DAS PENALIDADES -

Art. 41 - Os sócios ficam sujeitos às seguintes penalidades: advertência, suspensão e eliminação.

Art. 42 - Ficam sujeitos à pena de advertência os sócios que se manifestarem contra as disposições estatutárias, o regimento interno e ordens da Diretoria, usando termos difamatórios.

- Fls. 10 -

Art. 43 - Também à pena de advertência ficam sujeitos os sócios que se portarem inconvenientemente nas dependências do Clube e nas promoções que este organizar, usando linguagem grosseira ou desrespeitosa aos sócios ou à sociedade em geral.

Art. 44 - Após 3 (três) advertências, os sócios ficam sujeitos à pena de suspensão de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias de todos os seus direitos, a juízo da Diretoria. Na mesma pena incorre o sócio que desacatar qualquer Diretor no exercício de suas funções, e o atleta que não comparecer, sem motivo justificado, aos treinos e competições para os quais tenha sido convocado.

Art. 45 - Serão eliminados do quadro associativo os sócios -
quei
a) que forem suspensos por 3 (três) vezes;
b) que deixarem de pagar as mensalidades por 3 (três) meses;
c) que atentarem contra os fins sociais, procurando desacreditar a sociedade;
d) o sócio atleta que se inscrever em outra agremiação sem autorização da Diretoria.

Art. 46 - A Diretoria, originariamente, poderá relevar as faltas cometidas, deixando de aplicar as penalidades, fazendo justificação de seu procedimento submetendo-a ao Conselho Deliberativo para aprovação.

- TÍTULO IV -

- DAS ELEIÇÕES -

Art. 47 - Todas as eleições previstas nestes Estatutos obedecerão as disposições deste Título.

Art. 48 - Considerar-se-á legitimamente eleito o sócio que obtiver maioria de votos.

§ 1º - Se no primeiro escrutínio houver empate, proceder-se-á a um segundo, no qual concorrerão apenas os candidatos empatados.

§ 2º - Em caso de novo empate, considerar-se-á eleito o sócio mais antigo, e em caso de igualdade, o mais velho.

Art. 49 - O escrutínio em que o número de cédulas não corresponder ao número de votantes, será nulo.

Parágrafo Único - As cédulas serão impressas, datilografadas ou manuscritas, não sendo válidas as que contiverem rasuras ou nomes substituídos ou abreviados.

- TÍTULO V -
- DO PATRIMÔNIO SOCIAL -

Art. 50 - O patrimônio social será formado:

- a) pelos bens que a sociedade possui ou venha a possuir;
- b) pelos donativos legados;
- c) pelo saldo líquido do fundo de reserva verificado em cada exercício.

Art. 51 - No caso de dissolução da sociedade, o seu patrimônio será entregue à instituição de caridade desta cidade de Jundiá, a Juízo da Assembleia Geral Extraordinária que decretar a dissolução.

- TÍTULO VI -

- DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS -

Art. 52 - Os presentes Estatutos são reformáveis, inclusive no tocante à administração, pela maneira neles prevista.

Art. 53 - O mandato dos atuais membros do Conselho Deliberativo perdurará até a segunda quinzena do mês de janeiro de 1978, quando realizar-se-á Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos de acordo com a presente reforma, quando passarão a vigorar estes Estatutos.

Art. 54 - O Conselho Deliberativo deverá se reunir até o dia -

dia 15 de fevereiro de 1974, para eleger nova Di-
retoria, tendo em vista que o mandato dos atuais
Diretores vencerá no último dia daquele mês e -
ano.- (a.) Arnaldo Costaroli. Presidente. (a.)
Djalma Raimundo. Secretário. (Seguem-se 43 assi-
naturas dos associados que compareceram à presen-
ta Assembleia Geral Extraordinária).

Jundiaí, 4 de novembro de 1973.

Arnaldo Costaroli
Djalma Raimundo
[Assinatura]

3.º CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO
DE JUSTIÇA

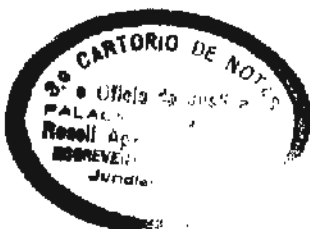
— PALÁCIO DA JUSTIÇA —
JUNDIAÍ - EST. S. PAULO

Reconheço a Firma(s) de Arnaldo Costaroli, Djalma Raimundo, [Assinatura]

JUNDIAÍ, 30 MAI 1974 DE 19

Em este [Assinatura] da verdade

SELO [Assinatura] PAGO POR VERBA





câmara municipal de jundiá
estado de são paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Gabinete do Presidente

À Assessoria Jurídica para emitir,
parecer no prazo de _____ dias.

Em 13 de 08 de 1975

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 14 de 8 de 1975

encaminho à Assessoria Jurídica, em cumprimento
ao despacho supra.

Director Geral

*



câmara municipal de Jundiaí
estado de são paulo

D I R E T O R I A G E R A L

PROJETO DE LEI Nº 2 972

PROC. Nº 14 051


Autor:- Vereador Carlos Ungaro

PARECER Nº 1 731 DA ASSESSORIA JURÍDICA

1. O presente projeto de lei está devidamente instruído e, portanto, apto a tramitar na forma regimental.

S.m.e.

Jundiaí, 20 de agosto de 1 975.


Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.

adm.



câmara municipal de Jundiaí
estado de são paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 21 de agosto de 1975
Recebi da Assessoria Jurídica e submeto à
Presidência.

[Signature]
Diretor Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Gabinete do Presidente

A Comissão de JUSTIÇA E REDAÇÃO

para emitir parecer no prazo de 20 dias.

Em 25 de 08 de 1975

[Signature]
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 25 de 8 de 1975
encaminho ao sr. Presidente da Comissão de
JUSTIÇA E REDAÇÃO, em cumprimento
ao despacho supra.

[Signature]
Diretor Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Comissão de Justiça e Redação

Ao Vereador sr. AVOCADO

para relatar no prazo de 07 dias.

Em 25 de 08 de 1975

[Signature]
Presidente



câmara municipal de Jundiaí
estado de são paulo

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. 14 051

Projeto de Lei nº 2 972, de autoria de autoria do Vereador e -
Presidente Sr. Carlos Ungaro, declarando de Utilidade Pública o
"Anhangabaú Esporte Clube", com sede nesta cidade.

P A R E C E R Nº 514/75

Subscrevemos em todos seus termos, o Parecer nº -
1 731, da Assessoria Jurídica, que passa a fazer parte integran
te deste. Dessa forma, entendemos que o projeto em questão está
apto a receber a acolhida do E.Plenário.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, 27/08/1 975.

José Salvo Bonassi,
Presidente e relator.

Parecer aprovado em 27/8/1 975.

Abdonal Lins de Alencar.

Edmar Corrêia Dias.

Luiz Lourenço Gonçalves

Walcir Fernandes.



câmara municipal de Jundiaí
estado de são paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

26
19

PROJETO DE LEI Nº. 2 972

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, -
decreta a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica declaração de utilidade pública o "ANHAN
GABAÚ ESPORTE CLUBE", com sede nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-
blicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em dezoito de setembro -
de mil novecentos e setenta e cinco. (18/09/1 975)

(Carlos Ungaro)
Presidente.



câmara municipal de jundiaí
estado de são paulo

c ó p i a

18

s e t e m b r o

75

PM.09/75/139:-

14.051:-

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

A devida sanção desse Executivo, tenho a honra de encaminhar a V.Excia. os autógrafos do PROJETO DE LEI Nº. 2 972, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 17 do corrente mês.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

(Carlos Ungaro)
Presidente.

ANEXO:- duas vias da lei.

A Sua Excelência o Senhor
IBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ,
Muito Digno Prefeito Municipal de
JUNDIAÍ.

-dgc/



LEI Nº 2132, DE 22 DE SETEMBRO DE 1 975

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, de acordo com o que Decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 17/09/75, PROMULGA a presente Lei,-

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o "ANHANGABAÚ ESPORTE CLUBE", com sede nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. ✓

(IBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ)
-Prefeito Municipal-

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DE NEGÓCIOS INTERNOS E JURÍDICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e cinco.

(ARNALDO CARRARO)
Secretário de Negócios
Internos e Jurídicos

ed.

LEI N.º 2132, DE 22 DE SETEMBRO DE 1.975

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, de acordo com o que Decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 17/09/75, PROMULGA a presente Lei, 1

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "ANHANGABAU ESPORTE CLUBE", com sede nesta cidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

IBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DE NEGÓCIOS INTERNOS E JURÍDICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e cinco.

ARNALDO CARRARO
Secretário de Negócios
Internos e Jurídicos

ANDAMENTO DO PROCESSO

COMISSÕES:

A. J. 18/8/75 - RP

C. J. R.

C. E. F.

C. O. S. P.

C. E. C. H. A. S.

C. C. O.

Ao Sr. Vercador

"OBSERVAÇÕES"

A N E X O S

Fls 1-18 - RP - 22 - RP 14/8/75 - 29 - RP 28/09/75
Fls 29 - RP 25/9/75

AUTUADO EM

19/8/75

Carlos Pereira
DIRETOR GERAL